



Plenário debate Previdência e pode votar PEC na quarta-feira

Sessão temática amanhã reunirá senadores e especialistas contra e a favor da reforma. Presidente do Senado tenta fechar acordo com líderes para acelerar a tramitação

Jefferson Ruy/Agência Senado — 8/8/2019



A presidente da CCIJ, Simone Tebet, o presidente do Senado Davi Alcolumbre e o relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati, durante sessão plenária

Na reta final da análise da reforma da Previdência, o Plenário do Senado fará amanhã uma sessão temática interativa para debater o texto aprovado semana passada na Comissão de Constituição e Justiça e a PEC paralela, que começou a tramitar na Casa.

Senadores e especialistas contra e a favor da reforma terão oportunidade de tirar dúvidas e ainda sugerir alterações nas propostas.

O texto principal poderá ser votado já na quarta-feira, caso o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, consiga fechar um acordo com líderes para acelerar a tramitação. **3**

Sessão especial homenageia hoje o Dia do Administrador **2**

Senadores celebram atuação do Rotary International **2**

Comissão aprova tornozeleira para agressores

Projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos obriga agressores de mulheres a usarem dispositivos eletrônicos de localização. O colegiado aprovou também projetos para instituir campanhas educativas de prevenção da violência doméstica, para criar cadastro de cuidadores voluntários de pessoas com dependência, e para classificar a visão monocular como deficiência. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Tornozeleiras podem alertar automaticamente a vítima, diz Styvenson

Colegiado vai debater Previdência dos municípios

Audiência que a Comissão de Direitos Humanos realiza hoje vai debater os impactos que a reforma da Previdência poderá ter na economia dos

municípios brasileiros.

Em 73,60% das cidades avaliadas em uma pesquisa da Anfip, o volume de pagamento de benefícios previdenciários

efetuados pelo INSS supera o Fundo de Participação dos Municípios. Por isso, o senador Paulo Paim, presidente da comissão, propôs o debate. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado — 2/9/2019

Paulo Paim (3º à esq.) conduz reunião da Comissão de Direitos Humanos, que vai debater a reforma da Previdência

Assessoria de Imprensa/DGER-SF



Publicações do Senado no estande da Casa na Bienal do Rio de Janeiro

Senado doa publicações na Bienal Internacional do Livro

O Senado doou, na 19ª Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, livros em braile para instituições que atendem cegos, como o Instituto Benjamim Constant, considerado referência nacional na área de deficiência visual. Entre as obras doadas estão cópias dos Estatutos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Segundo

a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, a doação aumenta a capilaridade das ações do Senado. Também na Bienal foi lançado pelo Senado o livro *Ânsia Eterna*, de Júlia Lopes de Almeida, reeditado 116 anos após a publicação original. A obra é o segundo volume da *Coleção Escritoras do Brasil*. **2**

Senado doa obras em braile na Bienal do Livro no Rio

Publicações foram cedidas a instituições que atendem cegos: a União dos Cegos do Brasil, o Sodalício da Sacra Família e o Instituto Benjamin Constant, considerado referência na área de deficiência visual

O SENADO ENTREGOU, no Rio de Janeiro, livros em braile para organizações que atendem pessoas cegas. As obras foram doadas na sexta-feira, durante a 19ª Bienal Internacional do Livro, para a União dos Cegos do Brasil, o Sodalício da Sacra Família e o Instituto Benjamin Constant, instituições sediadas no Rio.

Entre as obras selecionadas para a doação estão cópias do Estatuto do Idoso e da Pessoa com Deficiência e da Lei Maria da Penha. A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, destacou que as doações constituem uma ação fundamental.

— O Senado é a Casa de todos os brasileiros, com ou sem deficiência. Com essa doação, aumentamos a capilaridade de nossas ações — disse.

A presidente da União dos Cegos, Rosa Cordovil, disse que a doação faz com que o cego possa sentir a sensação



Assessoria de Imprensa/DIGER-SF

Para Ilana (C), a doação de livros aumenta a capilaridade do Senado

de ir a uma livraria e adquirir um título. E o diretor-geral do Instituto Benjamin Constant, João Ricardo Figueiredo, comemorou o aumento do número de publicações em braile pela Gráfica do Senado. A entidade é referência nacional na área da deficiência visual.

— O Instituto ajudou o Senado a implementar a Gráfica para produção de obras em braile. Fico feliz de ver que o Senado se transformou em uma grande potência na publi-

cação de títulos com esse tipo de escrita — afirmou.

Até sexta-feira, o Senado vendeu mais de 3 mil livros no estande montado com a Câmara. A maior demanda foi a Constituição Federal, que esgotou-se na quarta-feira.

Também na sexta, o Senado lançou o livro *Ânsia Eterna*, de Júlia Lopes de Almeida, reeditado 116 anos após a publicação original. A obra é o segundo volume da *Coleção Escritoras do Brasil*.

Sessão especial comemora o Dia do Administrador

O Senado realiza hoje uma sessão especial pelo Dia Nacional do Administrador, às 16h. A homenagem foi requerida por Izalci Lucas (PSDB-DF), Angelo Coronel (PSD-BA), Lasier Martins (Podemos-RS), Jorginho Mello (PL-SC), Zequinha Marinho (PSC-PA) e Leila Barros (PSB-DF). O dia 9 de setembro

foi escolhido por ser a data de promulgação da Lei 4.769, de 1965, que regulamenta a profissão de administrador.

“São profissionais capazes de observar, questionar, interpretar, liderar e tomar decisões com foco em cada fase do projeto”, justificou Izalci.

Foram convidados o presi-

dente do Conselho Federal de Administração (CFA), Mauro Kreuz; os conselheiros Gracita Hortência, Carlos Alberto Ferreira Junior e Ivany Rosa de Oliveira; e os presidentes dos Conselhos Regionais de Administração do DF, Udenir de Oliveira, e do Acre, Ana Cristina de Araújo.

Lava Jato está sob ataque dos três Poderes, diz Eduardo Girão

Para Eduardo Girão (Podemos-CE), é preciso informar à população que “a Operação Lava Jato, que devolveu R\$13 bilhões ao país, está sob ataque dos três Poderes”. O senador disse também que ficou “com pé atrás” com a indicação do presidente Jair Bolsonaro para procurador-geral da República, devido a declarações feitas pelo indicado, Augusto Aras, sobre a Lava Jato. Girão garantiu que ficará atento a Aras, que será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Jane de Araújo/Agência Senado

Para Acir Gurgacz, queimada na Amazônia revela desinformação

A difusão do conhecimento é a melhor tática para acabar com as queimadas criminosas na Floresta Amazônica, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador afirmou que muita gente promove queimadas para limpeza ou manutenção das áreas por um pensamento atrasado. Acir ressaltou que instituições como a Embrapa já desenvolveram alternativas para o uso do fogo, como sistemas agroflorestais, plantio direto e outras, mas é preciso que a informação chegue aos produtores.



Pedro França/Agência Senado

Senadores fazem hoje homenagem em Plenário ao Rotary International

O Senado faz hoje, às 10h, uma sessão especial para homenagear o Rotary International, com mais de 1,2 milhão de associados em 217 países, que atua por meio de mais de 35 mil Rotary Clubs. A homenagem, solicitada pela senadora Leila

Barros (PSB-DF), ocorre no dia em que se encerra o Congresso do Rotary Club Internacional em Brasília. No requerimento, Leila destaca que um dos projetos mais conhecidos da organização é a campanha de combate à poliomielite.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG	CDH Previdência nos municípios 9h Audiência sobre impactos da reforma da Previdência nos municípios.	CAS Pensão 9h30 Na pauta de 25 itens, projeto sobre aposentadoria e pensão por morte.
	PLENÁRIO Rotary 10h Homenagem ao Rotary International	PLENÁRIO Amapá 10h Sessão celebra os 76 anos da criação do território do Amapá.
	PLENÁRIO Administradores 16h Sessão pelo Dia do Administrador.	SUBCOMISSÃO Doenças raras 10h30 Audiência sobre disciplinas em cursos superiores da área de saúde.
TER	CAE Dislexia 10h Na pauta de 20 itens está projeto sobre alunos com dislexia na educação básica.	CRA Imagem do Brasil 11h Debate sobre imagem do meio ambiente e do agronegócio Brasil no exterior.
	CRE Sabatina 10h Sabatina de indicado para embaixador na Bósnia e Herzegovina.	CDH Previdência 14h Debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social
	CE Financiamento estudantil 11h Entre os 14 itens da pauta está o projeto que amplia o Fies.	CI Agência Nacional do Petróleo 14h Audiência com o diretor-geral da ANP.
	CI Transportes aquaviários 11h Audiência com o diretor-geral da Antaq, Mário Povia.	MUDANÇAS CLIMÁTICAS Cronograma 14h30 Avaliação do plano de trabalho
	CTEC Seguradoras 11h30 Na pauta de 15 itens, projeto com prazo para segurador pagar indenização.	MP 890/2019 Médicos pelo Brasil 14h30 Debate com Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos.
	PLENÁRIO Reforma da Previdência 14h Sessão de debates temáticos destinada a discutir a reforma da Previdência	MP 888/2019 Defensoria pública 15h Apreciação de relatório
	CCT Telecomunicações 14h30 Emendas de Plenário ao projeto que muda a Lei Geral de Telecomunicações.	QUI
	CPMI FAKE NEWS Requerimentos 14h30 Nove requerimentos de convocação serão analisados.	CDH Desaparecidos 9h Na pauta de 17 itens, projeto sobre divulgação na TV de cadastro de desaparecidos.
	MP 890/2019 Médicos pelo Brasil 14h30 Audiência sobre novo programa	CMA Aquecimento global 10h Debate sobre a Política Nacional de Mudança do Clima.
QUA	CMA Prevenção a enchentes 8h Na pauta com 8 itens, proposta sobre prevenção a enchentes e inundações.	CMO Receita Federal 10h Audiência sobre a reestruturação da Secretaria da Receita Federal.
	CCJ Conselho Nacional de Justiça 9h PEC sobre segurança bancária na pauta de 22 itens, e sabatina para o CNJ.	DEFESA DA JUVENTUDE Frente 10h Instalação de frente parlamentar
	CDR Gás de cozinha 9h Debate sobre venda fracionada de GLP.	PLENÁRIO Escolas 10h Homenagem à Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.
	CÓDIGO COMERCIAL Instalação 9h Instalação da comissão	PLENÁRIO Juscelino Kubitschek 14h Sessão especial comemora o aniversário do Memorial JK.
		SEX
		PLENÁRIO Jornal Nacional 14h Sessão pelos 50 anos do Jornal Nacional.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sessão discutirá PEC da Previdência, que pode ser votada na quarta-feira

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, busca fechar acordo com líderes partidários para dispensar prazos e acelerar análise do texto



O PLENÁRIO DO Senado começa a analisar esta semana a reforma da Previdência e pode votar a PEC 6/2019 já na quarta-feira. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, busca um acordo com líderes para a dispensa de prazos regimentais permitindo a rápida análise do texto. Se não for possível, ele será discutida por cinco sessões e só depois disso irá a voto.

Amanhã, a partir das 14h uma sessão temática interativa vai reunir especialistas e senadores no Plenário para debater a proposta e a PEC paralela. Enquanto três dos convidados são favoráveis à reforma, outros três a criticam (veja ao lado).

Novas regras

Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira, a PEC 6/2019 cria novas regras para o acesso à

aposentadoria e pensões, para o cálculo do benefício e para as alíquotas de contribuição. Também prevê regras de transição para os trabalhadores em atividade.

Uma série de mudanças propostas pelos senadores foram compiladas na PEC paralela (PEC 133/2019), que também teve o mérito e a admissibilidade aprovados na CCJ. Entre os seus dispositivos estão a inclusão de estados e municípios na reforma, a previsão de novas receitas para a Previdência e, ainda, uma revisão das intervenções da PEC original sobre benefícios assistenciais.

A PEC paralela caminhará junto com o texto principal até a votação em primeiro turno. Depois, retornará à CCJ para receber emendas.

A ideia é que a PEC principal não seja mais alterada. Caso ela seja aprovada pelo Senado, já poderá ser transformada em emenda constitucional. A PEC

paralela ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados.

A pauta do Plenário tem ainda uma terceira proposta de emenda constitucional para discussão. A PEC 19/2014 inclui a acessibilidade e a mobilidade entre os direitos fundamentais garantidos pela Constituição. Ela está na quarta etapa de debates, que é a penúltima antes da votação em primeiro turno.

Microempresas

Também constam da pauta dois projetos de lei: o PLC 113/2015, que autoriza o uso de garantia solidária por microempresas que precisam tomar empréstimos, e o PLC 198/2015, que permite a baixa gratuita e automática do registro de pequenas empresas que estejam sem atividade há mais de três anos.

Os senadores também podem aprovar um requerimento de urgência para o projeto de lei que amplia

medidas com a intenção de desestimular o contato de crianças e adolescentes com o tabagismo. O PLS 769/2015, do senador José Serra, já tem pareceres favoráveis de duas comissões e, se tiver a urgência aprovada, ganha prioridade para ser votado em Plenário.

O projeto proíbe a exposição de cigarros nos pontos de venda, a comercialização em máquinas automáticas e a importação de produtos com substâncias sintéticas ou naturais destinadas a conferir sabor ou aroma.

Além dessas proposições, o Plenário pode votar uma homenagem ao jornalista João Cláudio Netto Estrela, produtor da TV Globo responsável pela cobertura dos trabalhos do Senado e que morreu em junho, vítima de pneumonia. O projeto de resolução (PRS) 75/2019 dá o nome de Estrela ao espaço de trabalho dos repórteres que atuam no Senado.

Especialistas a favor e contra debaterão proposta com senadores

A sessão temática no Plenário do Senado será realizada na reta final da tramitação da PEC da Previdência e permitirá que o cidadão interaja com senadores e debatedores — favoráveis e contrários à reforma.

Para defender o texto foram convidados o secretário Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, principal articulador político trabalhando pela aprovação da proposta, e os economistas Paulo Tafner e José Marcio Camargo. Em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Tafner, que é pesquisador da Fipe, apontou o aumento da expectativa de vida do brasileiro como um dos fatores determinantes para a mudança do sistema previdenciário.

Para equilibrar o debate foram convidados os economistas Eduardo Moreira e Eduardo Fagnani, da Unicamp, além de Ricardo Berzoini, ex-ministro da Previdência do governo Lula. Os três criticaram a PEC da Previdência durante audiências em comissões do Senado.

Como acompanhar e participar

Participe:
<http://bit.ly/audienciainterativa>
Portal e-Cidadania:
senado.leg.br/ecidadania
Alô Senado (0800 612211)



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comanda sessão no Plenário, ao lado do senador Weverton e da presidente da CCJ, Simone Tebet

Paim defende que Senado altere texto principal da reforma

Paulo Paim (PT-RS) pediu na sexta-feira, em Plenário, que o Senado que corrija as injustiças da reforma da Previdência. De acordo com o senador, se a preocupação é impedir que a PEC 6/2019 volte à Câmara, isso se resolve com a supressão de partes do texto.

Para Paim, o aumento do tempo mínimo de contribuição é um dos maiores problemas porque, segundo ele, vai impedir que os pobres se aposentem.

— Conseguimos, como a Câmara também conseguiu, amenizar um pouco as crueldades dessa reforma, mas temos claro que os prejuízos para as gerações passadas, presentes e futuras permanecem enormes — disse.

Humberto pede que votação seja precedida de debates

Humberto Costa (PT-PE) disse que foi surpreendido com a notícia de que o Senado poderá analisar a reforma da Previdência em Plenário nesta semana. Ele citou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que disse estar buscando um acordo com líderes para, se possível, votar a proposta já na quarta-feira. Humberto afirmou que no colégio de líderes foi acordado que, antes da votação em Plenário, haveria uma série de audiências.

— Quero crer que tenha sido um arroubo de entusiasmo dele e que esteja mantida a palavra de que só se mude esse calendário mediante acordo.



Pedro França/Agência Senado

Kajuru espera que acordo sobre proposta paralela seja cumprido

Jorge Kajuru (Patriotas-GO) explicou, na sexta-feira, que um dos motivos que o levaram a votar a favor do relatório da reforma da Previdência (PEC 6/2019), aprovado na CCJ, foi o de obedecer à vontade de seu eleitorado, que participa de enquetes em sua página em rede social.

De acordo com o senador, o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado na CCJ não é o ideal, embora seja necessário para a retomada do crescimento econômico e social. Kajuru disse esperar que se cumpra o acordo para a votação em seguida da PEC paralela (PEC 133/2019).



Pedro França/Agência Senado

Comissão fará audiência para debater impacto da reforma nos municípios

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza hoje, às 9h, audiência para debater os impactos da reforma da Previdência nos municípios. A reunião faz parte do ciclo de audiências solicitado pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

O debate deve contar com a participação do presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS), José Pinto da Mota; do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi; do advogado Marcelo Barroso e da diretora-presidente da Fundação Anfip de Estudos Tributários e da Seguridade Social, Aurora Maria Miranda.

Também foram convidados o subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência So-



Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos, propôs debate

cial da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Alex Albert Rodrigues; a advogada especialista em Direito Previdenciário Bruna Martos; o auditor fiscal da Receita Federal Álvaro Sólton de França; e um representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Agressor de mulheres poderá ter que usar tornozeleira eletrônica

Projeto avançou junto com outras propostas sobre violência doméstica e pessoas com deficiência aprovadas na Comissão de Direitos Humanos

AGRESSORES DE MULHERES poderão ser obrigados, pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), a usar dispositivos eletrônicos indicativos de suas localizações. Esse é um dos objetivos de projeto aprovado na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A CDH aprovou ainda projetos para instituir nas escolas públicas e privadas campanhas de prevenção da violência doméstica e familiar, para criar cadastro de cuidadores voluntários de pessoas com dependência, e para classificar a visão monocular como deficiência. Também acatou o plano de trabalho apresentado por Zenaide Maia (Pros-RN) para avaliação do Programa Médicos pelo Brasil, escolhido pela comissão como a política pública do governo que o colegiado vai monitorar em 2019.

O PL 3.980/2019, da ex-senadora Renilde Bulhões, assegura às mulheres agredidas o direito de solicitar equipamento eletrônico que as alerte sobre o descumprimento, por parte do ofensor, das medidas protetivas de urgência (como o afastamento) estabelecidas pela Justiça. Em seu relatório, Styvenson Valentim (Podemos-RN) avaliou que a tornozeleira eletrônica pode alertar automaticamente a vítima em caso de aproximação do agressor, permitindo que busque ajuda.

O relator apresentou apenas uma emenda, explicitando que o monitoramento é apenas de localização e não pode incluir captação de imagens e de som ambiente, o que poderia levan-



Tornozeleira alerta automaticamente a vítima sobre aproximação do agressor, permitindo que busque ajuda

tar questionamentos judiciais sobre violação de intimidade e privacidade do monitorado. O texto agora segue para decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Violência doméstica

O projeto sobre campanha de prevenção à violência doméstica em escolas (PL 3.154/2019), de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), também altera a Lei Maria da Penha.

O texto prevê que as campanhas educativas serão anuais e com ênfase no ensino médio. Deverão participar instituições não governamentais, empresas públicas e privadas, associações civis, movimentos sociais, conselhos de direitos e conselhos de classe na realização das campanhas.

Para a relatora, Mailza Gomes (PP-AC), a proposta insere em uma lei punitiva uma ação de educação "concreta e diretiva". O projeto vai para a análise terminativa da Comissão de

Educação (CE).

Já o projeto que disciplina o cadastro de voluntários para cuidado e apoio às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para atividades básicas da vida diária (PL 1.225/2019) segue para a CCJ, também em caráter terminativo. Da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a proposta altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 1993) para permitir a criação, por território, do cadastro de voluntários, e de suprir intervalos de repouso, descanso, alimentação e necessidade de ausência temporária de cuidadores ou atendentes pessoais não remunerados. O projeto permite o ressarcimento das despesas autorizadas pela unidade governamental que o prestador do serviço realizar. O relator na CDH foi Romário (Podemos-RJ),

O outro projeto aprovado pela CDH é o substitutivo de Flávio Arns (Rede-PR) ao PL

1.615/2019, que assegura à pessoa que enxerga com apenas um olho os mesmos direitos e benefícios garantidos à pessoa com deficiência.

O texto, de autoria dos senadores Rogério Carvalho (PT-SE), Rose de Freitas (Podemos-ES), Wellington Fagundes (PL-MT) e Otto Alencar (PSD-BA), prevê também a implantação de prótese em pessoas com visão monocular. Entre outras mudanças, Arns suprimiu do projeto original os artigos que asseguravam à pessoa com visão monocular acesso a serviços públicos de saúde e educação de melhor qualidade. Em sua avaliação, esses dispositivos criariam prerrogativas inexistentes para outros tipos de deficiência. O texto segue para a CCJ.

Quanto ao plano para acompanhar o Médicos pelo Brasil, a sistematização dos dados vai começar em outubro, com o relatório final previsto para dezembro.

Confúcio Moura defende reforma da educação pública

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu uma reforma da educação brasileira. Para o senador, a realidade do setor é dramática e o Senado deve encabeçar mudança.

Confúcio lamentou os dados do Censo Escolar do Inep, que apontam cerca de 17 mil escolas públicas sem banheiro sanitário, 83 mil sem saneamento básico e 97 mil sem biblioteca.

— Nós temos que parar com o consumo de drogas nas escolas, na periferia das escolas, temos que trabalhar para a criança não entrar no mundo do crime.



Jane de Araújo/Agência Senado

Falta de recursos pode paralisar pesquisas, alerta Izalci Lucas

A grave situação financeira que enfrenta o CNPq foi lamentada por Izalci Lucas (PSDB-DF). O conselho poderá paralisar as atividades a partir de outubro, por não haver dinheiro para pagar os pesquisadores e dar suporte à continuidade dos projetos de pesquisas em andamento, disse o senador.

— A falta de dinheiro para o CNPq tem sido tratada com prioridade pelo Executivo, mas os remanejamentos de recursos comprometem seriamente o orçamento da instituição, que não consegue cumprir seus compromissos.



Jane de Araújo/Agência Senado

MP do Médicos pelo Brasil será avaliada em duas audiências nesta semana

A comissão mista que analisa a medida provisória que substitui o Programa Mais Médicos pelo Programa Médicos pelo Brasil realiza audiências amanhã e quarta-feira para debater a MP 890/2019.

Para amanhã está prevista a participação de representantes da Confederação Nacional de Municípios, do Consórcio do Nordeste e das Secretarias de Saúde de Santa Catarina, Pará e Goiás. Na quarta-feira, é aguardada a presença dos presidentes da Associação Médica Brasileira, Lincoln Lopes Ferreira, e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Carlos Fernando da Silva. Também deve participar o secretário-geral da Federação Nacional dos Médicos, Carlos Fernando da Silva.

O Médicos pelo Brasil objetiva oferecer 18 mil vagas para profissionais formados em medicina, sendo 13 mil delas em municípios pobres e de difícil acesso. No Norte e no Nordeste serão

abertas 55% das oportunidades.

O edital com as primeiras vagas deve ser publicado em outubro. A escolha dos municípios para os quais os profissionais serão direcionados seguirá critérios de população e número de cadastrados em programas sociais, como o Bolsa Família.

A forma de seleção dos profissionais deve mudar em relação ao Mais Médicos. Na versão anterior do programa, bastava fazer a inscrição pela internet. Agora o candidato vai ter que fazer uma prova escrita. Quem for aprovado já vai poder trabalhar. O candidato selecionado que não tiver especialização em medicina da família deverá passar por um curso sobre o tema nos primeiros dois anos, recebendo uma bolsa-formação.

A comissão é presidida pelo deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB) e tem na relatoria o senador Confúcio Moura (MDB-RO).

Projeto garante apoio a estudantes com dislexia na educação básica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai deliberar 20 itens na reunião de amanhã, às 10h. Entre eles está o projeto que obriga o poder público a manter um programa de diagnóstico e tratamento de estudantes de educação básica com dislexia ou outros transtornos de aprendizagem. O PL 3.517/2019 recebeu parecer favorável do relator, senador Confúcio Moura (MDB-RO).

O texto é um substitutivo ao PLS 402/2008, de autoria do ex-senador Gerson Camata, já aprovado pela Câmara dos Deputados. O substitutivo estabelece que o poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Além disso, a proposta determina que as escolas públicas ou privadas garantirão o cuidado e a proteção ao

aluno que tenha algum desses transtornos.

O aluno terá ainda o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade pelos educadores, com o apoio e orientação das áreas de saúde e assistência social e de outras políticas públicas. E os professores terão acesso à informação e formação continuada para atender essa demanda.

Realocação

Segundo o relator, as dificuldades de aprendizagem são muito recorrentes na vida escolar. Do ponto de vista econômico, Confúcio não viu restrições ao projeto, porque a implantação das ações descritas se dará mediante realocação de profissionais da área e coordenação entre ações e programas já existentes. Se for aprovado na CAE, o projeto seguirá para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).